

AS CEASAS NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

The Ceasas in the context of the restructuring of the brazilian territory

Las Ceasas en el contexto de la reestructuración del territorio brasileño



Thiago Augusto Nogueira de QUEIROZ – Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4416-8406>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3053717548034239>
EMAIL: queiroztan@gmail.com

RESUMO

As Centrais de Abastecimento Alimentar S.A, as Ceasas, são pontos ou lugares no território que promoveram e promovem uma reestruturação econômica, política e cultural no território, principalmente no que tange à circulação de hortifrutigranjeiros no Brasil. As Ceasas compõem, assim, uma rede que gera uma rede de circulação de frutas, legumes e verduras, que reestrutura, reformula e refuncionaliza o território. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo mostrar a função das centrais de abastecimento alimentar na reestruturação do território brasileiro. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: a revisão de literatura em livros, teses, dissertações, monografias e artigos; a pesquisa documental junto à Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen). Além disso foi feito um estudo de caso da Central de Abastecimento S.A. do Rio Grande do Norte (Ceasa-RN) e a reestruturação da circulação de alimentos no território potiguar. Os resultados mostraram que as Ceasas foram responsáveis por uma reestruturação da circulação de frutas, legumes e verduras no Brasil. Tal fato é perceptível no caso da Ceasa-RN que abastece hipermercados, supermercados atacadistas e supermercados varejistas, além de feiras livres de Natal e da Região Metropolitana, desde a década de 1970. A compreensão das centrais de abastecimento alimentar serve para o ordenamento e planejamento da circulação de hortifrutigranjeiros no território brasileiro e especificamente no território potiguar.

Palavras-chave: Ceasas. Reestruturação. Território.

ABSTRACT

The Ceasas, are one of the points or places that have promoted the restructuring of an economic, political and cultural sector, especially to the circulation of horticultural crops and fruits in Brazil. The Ceasas thus form a network that generates a circulation network of fruits, legumes and vegetables, which restructures, reshapes and promotes news functions in the territory. In this context, this article has as main objective the show of function of the Central Food Supply (Ceasas) of the Brazilian territory. The methodological methods used were: literature review in books, theses, dissertations, monographs and articles; a documentary research with the Brazilian Association of Central Food Supply (Abracen). In addition, a case study of the Central Food Supply

Histórico do artigo:

Recebido 05 outubro, 2018

Aceito: 20 novembro, 2018

Publicado: 29 dezembro, 2018

of the State of Rio Grande do Norte (Ceasa-RN) and a restructuring of the food's circulation in territory. The results of Ceasas were responsible for a restructuring of the circulation of fruits, legumes and vegetables in Brazil. This is perceptible the case of the Ceasa-RN that supplies hypermarkets, wholesale supermarkets and supermarkets retailers, beyond the periodic markets from Natal and metropolitan region, since the 1970s. The understanding of the Central Food Supply serves for the planning of the circulation of horticultural crops and fruits in the Brazilian territory and specifically in the territory of Rio Grande do Norte.

Keywords: Ceasas. Restructuration. Territory.

RESUMEN

Las Ceasas, son uno de los puntos o lugares que han promovido la reestructuración de un sector económico, político y cultural, especialmente para la circulación de cultivos hortícolas y frutas en Brasil. Las Ceasas forman así una red que genera una red de circulación de frutas, legumbres y hortalizas, que reestructura, remodela y promueve las funciones de noticias en el territorio. En este contexto, este artículo tiene como principal objetivo la demostración de la función del Centrales de Abastecimiento de Alimentos (Ceasas) del territorio brasileño. Los métodos metodológicos utilizados fueron: revisión de literatura en libros, tesis, disertaciones, monografías y artículos; una investigación documental con la Asociación Brasileña de Centrales de Abastecimiento de Alimentos (Abracen). Además, un estudio de caso del Centrales de Abastecimiento de Alimentos del Estado de Rio Grande do Norte (Ceasa-RN) y una reestructuración de la circulación de alimentos en el territorio. Los resultados muestran que las Ceasas fueron los responsables de una reestructuración de la circulación de frutas, legumbres y hortalizas en Brasil. Esto es perceptible en el caso de Ceasa-RN que abastece a los hipermercados y supermercados, allá de los mercados periódicos de Natal y la región metropolitana, desde la década de 1970. La comprensión del Centrales de Abastecimiento de Alimentos sirve para la planificación de la circulación de cultivos hortícolas y frutas en el territorio brasileño y específicamente en el territorio de Rio Grande do Norte.

Palabras clave: Ceasas. Reestructuración. Territorio.

1 INTRODUÇÃO

A reestruturação do território corresponde às transformações sociais e espaciais que conduzem às novas dinâmicas que se sobrepõem, justapõem e contrapõem às velhas dinâmicas. A reestruturação do território tem uma dimensão econômica, política e cultural. A dimensão econômica sugere as modernizações tecnológicas do processo de circulação de capital (produção-distribuição-troca-consumo) e as mudanças nas relações de trabalho. A dimensão política refere-se às mudanças das ações do Estado e suas instituições. A dimensão cultural refere-se às transformações da ideologia dominante e dos hábitos culturais proporcionados por esse processo (MOREIRA, 2002).

O território não é formado apenas pela territorialidade do Estado e suas instituições, como na concepção tradicional. O território é constituído também pela territorialidade do capital e suas firmas, e dos demais agentes sociais. As territorialidades são as relações de poder entre esses agentes e entre eles e o espaço, ou seja, são os

diferentes usos e apropriação do espaço pelos agentes que dele fazem parte. O território é posterior ao espaço, ou seja, é a materialização do espaço, que é uma abstração. Enfim, o território é formado por tessituras ou estruturas (econômicas, políticas e culturais), por pontos ou lugares, por linhas ou redes (RAFFESTIN, 1993). O território, dialeticamente, tem um importante papel no processo de reestruturação, sendo, simultaneamente, um reflexo e meio, um produto e produtor, um condicionado e condicionador, dessas transformações econômicas, políticas e culturais.

As centrais de abastecimento alimentar, as Ceasas, são pontos ou lugares no território que promoveram e promovem uma reestruturação econômica, política e cultural no território, principalmente no que tange à circulação de hortifrutigranjeiros no Brasil. Esses lugares estão interligados aos outros pontos do território, formando as linhas ou redes territoriais. A territorialidade das ceasas está em conflito e em cooperação com as territorialidades dos supermercados, hipermercados, atacadistas, feiras livres, mercados públicos, entre outros agentes. Esses conflitos e cooperações entre os diferentes agentes é o que dinamiza o território.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo mostrar a função das centrais de abastecimento alimentar na reestruturação do território brasileiro. Para tal fim, utilizaram-se como procedimentos metodológicos a revisão de literatura em livros, teses, dissertações, monografias e artigos, como também a pesquisa documental junto à Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen), à Companhia Nacional e Abastecimento e à Central de Abastecimento S.A. do Rio Grande do Norte (Ceasa-RN). Esses procedimentos deram suporte teórico e metodológico para a compreensão da dimensão econômica, política e cultural da reestruturação do território provocada pelas centrais de abastecimento alimentar no Brasil.

Este artigo está dividido em duas partes. Na primeira parte, intitulada *As centrais de abastecimento alimentar e a reestruturação do território*, discute-se sobre o surgimento, a evolução e a situação atual das centrais de abastecimento alimentar no Brasil, destacando o papel desse agente na reestruturação do território da circulação de hortifrutigranjeiros. Na segunda parte, *O caso da Ceasa-RN*, demonstra-se como a Ceasa-RN, uma das centrais de abastecimento do Brasil, promoveu e promove a reestruturação do território, especificamente a dinâmica urbana e regional, focalizando suas relações com os agentes produtores agrícolas, com os supermercados, hipermercados, atacadistas, mercados públicos e feirantes, como também, com os agentes do capital que fazem parte desse entreposto de abastecimento.

2 AS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

No final da década de 1960, a estrutura do abastecimento alimentar no Brasil era constituída por três instituições criadas em 1962: a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) – o órgão executivo do abastecimento; a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) – órgão responsável pela constituição de estoques, regulação e comercialização de produtos; e a Companhia Brasileira de Armazenagem (Cibrazem) – que tinha o objetivo de criar e regular redes de armazém. Os planos financeiros relativos à produção estavam sob a tutela da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), criada em 1943 (LINHARES; SILVA, 1979).

A ideia da criação das centrais de abastecimento alimentar surgiu com o Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento (Gemab), criado em 1968. No relatório oriundo das atividades desse grupo, recomendava-se a criação e a implantação de entrepostos de abastecimento nas capitais e nos principais núcleos urbanos do país, pois esses centros urbanos passavam por dificuldades de acesso aos alimentos. Os resultados desse grupo de estudo também subsidiaram as metas do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), que foi executado entre 1972 e 1974. Nesse contexto, foram criadas as primeiras centrais de abastecimento no Brasil, através da assessoria de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), e de técnicos dos Estados Unidos e da Europa. O Segundo PND (II PND), executado entre 1975 e 1979, também proporcionou a implantação de mais ceasas em todo o Brasil (LINHARES; SILVA, 1979).

No contexto da criação dessas centrais, em 1972, sob a responsabilidade da Cobal, foi criado o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (Sinac), que tinha como objetivos: a redução dos custos de comercialização no atacado; a formação de economias de escala; o melhoramento da qualidade dos produtos alimentícios, intensificando os serviços de classificação e padronização dos alimentos; propiciar condições para ampliação e difusão do Sistema de Informações do Mercado Agrícola (Sima); a redução dos custos dos comércios varejistas, estimulando os supermercados; a redução da flutuação da oferta dos produtos agrícolas, aperfeiçoando os mecanismos de formação de preços e elevando o nível de renda dos empresários agrícolas; e a busca pela eliminação gradativa dos problemas urbanísticos (trânsito, poluição sonora e visual, e insalubridade) decorrentes das feiras livres (MOURÃO; MAGALHÃES, 2011). Muitos

desses objetivos não foram atingidos, ou foram atingidos apenas em algumas centrais de abastecimento, em alguns contextos específicos.

Os objetivos do Sinac são, essencialmente, minimizadores dos custos diretos de transação ao longo do circuito de produção, através da transparência do processo de formação de preços, da redução da flutuação de preços, da difusão do padrão de classificação, e da redução das deseconomias de aglomeração resultantes da organização do espaço urbano. Os entrepostos de abastecimento alimentar promovem vantagens para os consumidores, produtores e o Estado. Para os consumidores, há uma redução do tempo de distribuição dos produtos, oferta de bons produtos, melhor conhecimento informacional do mercado e melhores preços e, para os produtores, há uma maior aproximação com o mercado, motivação para melhorar a qualidade dos produtos, facilidade de operações financeiras e bancárias, melhorias na prestação de serviços técnicos e de logística, redução dos custos de comercialização, aumento da renda agrícola. Por fim, para o Estado, há facilidade na incrementação e difusão de políticas, facilidade de controle e fiscalização, redução das deseconomias de aglomerações urbanas (CUNHA, 2011).

Em 1985, com a redemocratização do Estado brasileiro, e com os imperativos da ideologia neoliberal, iniciam-se as discussões, por parte do governo federal, das privatizações das empresas estatais, entre elas, os entrepostos de abastecimento (MOURÃO; MAGALHÃES, 2011). Era o início do pensamento neoliberal que tomava conta do Estado brasileiro e que se consolidou na década de 1990. Em 1986, o governo federal concedeu à Cobal o poder de transferir os controles acionários das centrais de abastecimento para os governos estaduais ou municipais, e em caso de não concordância por parte dos governos dos estados federados, os entrepostos seriam transferidos para a iniciativa privada. Houve, nesse período, a criação de vários editais de licitação para a compra das centrais de abastecimento, mas, nenhuma empresa se manifestou interessada na compra das ações, até mesmo porque a comercialização dos produtos já era privatizada, somente a gestão das centrais era estatal. Além desse fator, há também a possibilidade de criação de cargos comissionados e de interesses políticos na gestão das centrais de abastecimento, o que também poderia ter inviabilizado as privatizações.

Em 1987, o governo federal transferiu todas as ações da Cobal para a União, fato que consolidou o fim do Sinac. E, em 1988, por não haver ocorrido as privatizações das centrais, a União transferiu os controles acionários das centrais de abastecimento do

governo federal para as instâncias estaduais ou municipais, ação justificada pela necessidade de descentralização da gestão (MOURÃO; MAGALHÃES, 2011). No entanto, a descentralização ocorrida na gestão das centrais, como também ocorreu em outros setores sociais e econômicos, se restringia apenas à transmissão da responsabilidade do governo federal para os governos estaduais e municipais. Uma verdadeira descentralização não se restringe a isso, mas, vai além, aumentando os mecanismos democráticos de participação popular, neste caso, nos entrepostos de abastecimento.

A partir do final da década de 1980, as Ceasas, em sua maioria, passam a vivenciar problemas estruturais, a saber: deterioração e obsolescência das estruturas de mercado; deficiência na infraestrutura de apoio; perda de competitividade; redução da oferta de recursos humanos especializados; baixo uso de tecnologias da informação; falta de modernização da gestão e da operacionalização logística; deficiência na visão estratégica; e falta de integração entre os agentes envolvidos no processo de produção, distribuição e consumo (ZEITUNE, 2011).

Outros problemas inerentes à extinção do Sinac foram: decadência de ações técnicas; falta de qualificação dos funcionários; cessão das áreas de expansão para terceiros; proliferação de agentes ineficientes; varejo mesclado com o atacado; degradação física das instalações; falta de limpeza e higiene; reduzido avanço na qualidade dos produtos, como também na classificação e padronização das embalagens. Faltou ainda um rumo para os produtores de hortigranjeiros comercializarem seus produtos; a não participação dos produtores em feiras, fóruns e debates sobre hortigranjeiros; os novos pavilhões e as novas centrais de abastecimento implantadas em locais inadequados ou construídas sem a observação de critérios técnicos; a não renovação da equipe técnica; o desvirtuamento dos objetivos da organização; e a não evolução dos trabalhos técnicos, dados estatísticos e informações de mercado. Em meio aos inúmeros aspectos negativos apontados, algumas centrais tiveram melhoras na eficiência, incluindo atividades complementares, avançando na informatização, sendo centro de referência para o setor de hortigranjeiro de alguns estados (MOURÃO; MAGALHÃES, 2011).

Com o processo de descentralização da gestão, cada estado federado passou a administrar de forma particular sua Central de abastecimento. Em 1987, foi criada, na tentativa de manter a unidade sistêmica, a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen), que é filiada a World Union of Wholesale Markets (WUWM) e à

Federação Latino-Americana de Mercados de Abastecimento (Flama). Em 1990, o governo federal criou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e originada da fusão da Cobal com a CFP e com a Cibrazem. Na década de 1990, houve uma maior estabilidade e não teve grandes acontecimentos em relação ao abastecimento alimentar. Até o final dessa década, pode-se mencionar como importante apenas a extinção da Sunab, em 1998, essa instituição não exercia, naquele contexto, nenhuma função no abastecimento depois da reestruturação institucional das Ceasas, em um contexto no qual a Conab já exercia o papel anteriormente atribuído à Sunab (MOURÃO; MAGALHÃES, 2011).

O abastecimento alimentar, no Brasil, no final do século XX, era constituído: pela Conab, que tem a função de armazenar e estocar grãos, além de subsidiar as políticas agrícolas e regulamentar o mercado, a partir de um sistema de informação em rede com as centrais de abastecimento; pela Abracen, uma associação que reúne, em termos organizacionais, a partir de um sistema de informação, as Ceasas, além de normatizá-las tecnicamente; e, por fim, pelas centrais que executam o abastecimento, principalmente de produtos hortifrutigranjeiros, distribuídos para os supermercados, hipermercados, atacadistas, feiras livres, mercados públicos, mercadinhos, mercearias e quitandas.

No início do século XXI, uma nova variável passa a ser objetivada pelo abastecimento alimentar: a segurança alimentar e nutricional. Tal variável tornou-se mais forte quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) focou, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-2004), o tema da segurança alimentar e nutricional. Compartilha-se da ideia que critica essa concepção de segurança alimentar e nutricional. Tal termo foi criado pelos agentes hegemônicos e homogeneizadores do padrão e do comportamento social, entre eles a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO-ONU), e serve para camuflar ou travestir a problemática da fome e da miséria do mundo. No entanto, utiliza-se esse termo, neste trabalho, correndo-se o risco de entrar em contradição, com a finalidade de mostrar empiricamente o problema da circulação e do acesso ao alimento no Brasil.

A segurança alimentar, na concepção colocada pelo IBGE (2004), é apenas um dado quantitativo, “acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”. Nessa perspectiva, o IBGE trabalha a questão da segurança alimentar de maneira meramente quantitativa. O Instituto busca saber se no domicílio entrevistado a comida acabou antes de ter dinheiro para comprar mais ou se algum indivíduo ficou sem se alimentar devido à

falta de dinheiro. A segurança alimentar deve ser entendida em sua totalidade econômica, política e cultural, não sendo apenas uma questão meramente de ter o alimento, pois não deve estar restrita apenas ao problema da fome, devendo-se levar em consideração: a obesidade; a quantidade necessária, por pessoa, de nutrientes diários, como carboidratos, proteínas e lipídios; a forma como os alimentos adquiridos são produzidos, considerando a importância da mão de obra familiar e a agricultura orgânica, sem uso de agrotóxicos; e os preços dos alimentos muitas vezes altos devido ao transporte e ao número elevado de intermediários e atravessadores para chegar ao consumidor final (PECHTOLL, 2011).

O diagnóstico, feito pelo IBGE, da insegurança alimentar, no Brasil, proporcionou a criação, em 2006, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), que tinha como objetivo formular e aplicar políticas de segurança alimentar, como, por exemplo, o Plano Nacional de Segurança Alimentar, sendo as ações desse sistema e dos planos de segurança alimentar, gerenciados pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que faz parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portanto, toda uma ideologia da busca pela segurança alimentar e do combate à desnutrição e à obesidade se propagou em torno das políticas públicas brasileiras de abastecimento.

Essas políticas voltadas para a segurança alimentar levaram um novo desafio para as centrais de abastecimento. Nessa perspectiva, a insegurança alimentar está associada a duas dimensões do abastecimento alimentar: a circulação (produção, distribuição, troca, consumo) de alimentos – um componente político e econômico; e as práticas alimentares (o quê, onde, quando e como cada indivíduo se alimenta) – sendo este um componente cultural da (in)segurança alimentar (PECHTOLL, 2011). Assim, as Ceasas passam a ter um importante papel na circulação de alimentos, dando acesso a diferentes tipos de alimentos, a diversos grupos sociais e a diversos lugares.

Os novos desafios das políticas de abastecimento alimentar no século XXI são: assumir a política de segurança alimentar e nutricional como estratégia; regular e construir um modelo de abastecimento socialmente justo; gerir os equipamentos públicos (os entrepostos), adequando-os à inspeção da vigilância sanitária; subsidiar os programas de abastecimento; e estimular os circuitos espaciais de produção locais e regionais (PECHTOLL, 2011).

Em 2005, os entrepostos de abastecimento já se tornavam uma barreira à acumulação de capital, pois já não atendiam aos anseios tecnológicos e de circulação dos agentes hegemônicos. Na busca por uma maior eficiência da circulação de alimentos no Brasil, e também, através do objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional, o governo federal volta a investir nas centrais de abastecimento, com a criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), no âmbito da Conab.

O Prohort tem como objetivos: desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Ceasas; universalizar as informações geradas; modernizar o processo de gestão técnica e administrativa das centrais; estimular a agregação de tecnologia às cadeias produtivas, de acordo com as exigências dos consumidores; modernizar a infraestrutura física e técnica; modernizar os serviços de apoio; incentivar as interações das centrais de abastecimento com as universidades, órgãos de pesquisas e organizações não governamentais; e ampliar as funções das centrais, tornando-as áreas privilegiadas para a execução de políticas públicas de abastecimento e de segurança alimentar (SILVA JÚNIOR, 2011). Esses objetivos do Prohort não foram atingidos em todas as Ceasas, somente algumas, as maiores, e em alguns contextos específicos, atingiram essa modernização preterida.

Portanto, os objetivos do Prohort tinham como principais linhas de modernização tecnológica: a informatização e a agregação de dados das Ceasas, assim como a inovação tecnológica da infraestrutura física dessas centrais. Na prática, essa ideia da inovação da tecnologia da comunicação e informação, integrando os dados dos entrepostos do Brasil, se materializou, após 2008, com a criação do Sistema Informações Setoriais de Comercialização (Siscom). Esse sistema se constitui em uma base de dados da Conab que contém informações sobre a movimentação física e financeira das centrais de abastecimento, demonstrando a comercialização mensal e anual das centrais, gráficos regionais, mensais, anuais e comparativos, além dos relatórios fornecidos pelas centrais. Além do Siscom, está em funcionamento o Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil (Simab) e o Sistema de Informação de Preços Diários (SISPRD), sendo, esses dois últimos, sistemas de acesso exclusivo aos técnicos das Ceasas, mas, que são importantes para a integração nacional, a formação da rede de entrepostos de abastecimento no Brasil (CAMPOS, 2011).

As centrais de abastecimento alimentar, portanto, ao longo desses anos, desde a sua criação, estruturam e reestruturam o território, principalmente em relação à circulação

de hortifrutigranjeiros. O sistema brasileiro das Ceasas é composto por 41 instituições gestoras – das quais 26 estão filiadas à Abracen – e por 72 entrepostos distribuídos em 22 unidades da federação.

Do total de entrepostos, 50% estão localizados na região Sudeste, 27% no Nordeste, 16% no Sul, 6% no Centro-Oeste, e 1% no Norte, evidenciando-se o desenvolvimento desigual e combinado do território brasileiro, ou seja, as desigualdades territoriais, no qual há uma concentração nas regiões Sudeste e Sul (espaços que mandam, frequentemente, velozes, fluidos, luminosos), e uma rarefação nas demais regiões (espaços que obedecem, geralmente lentos, viscosos, opacos). As instituições gestoras se apresentam sob diversos formatos jurídicos, sendo 2 federais, 15 estaduais, 19 municipais, 5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) ou conveniadas. Na época da elaboração desse relatório da Conab, em 2009, também estavam sendo construídos os entrepostos de Rio Branco (AC), Colatina (ES), São Mateus (ES), Boa Vista (RR), Barbalha (CE), Ubarana (PR) e Mossoró (RN). Há uma concentração de instituições e de entrepostos na Região Concentrada (Sudeste e Sul do Brasil), que detém um total de 66% dos entrepostos (CONAB, 2009). Contraditoriamente há uma escassez nas demais regiões, fruto de um “desenvolvimento geográfico desigual”, de um “desenvolvimento desigual e combinado”.

Além da função de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros, as Ceasas desempenham outros papéis e serviços associados a programas dos governos federais, estaduais e municipais, em meio aos ditames do atual período, como, por exemplo, o armazenamento de grãos, alimentação escolar, varejo fixo (sacolões), feiras. Além disso, desempenham programas sociais como bancos de alimentos, sopa industrializada, assistência ao produtor no campo e nos entrepostos, orientações nutricionais, educação de jovens e adultos e telecentros; não se restringido apenas à distribuição atacadista de alimentos. Essa diversidade é fornecida de acordo com as necessidades e o empenho de cada central de abastecimento existente. Da mesma forma, não são todas as centrais que desempenham essa diversidade de funções, sendo que algumas Ceasas não exercem nenhuma função específica além do abastecimento de hortifrutigranjeiros.

A Ceagesp-SP é formada por 13 entrepostos, sendo responsável por quase 24% da circulação desse tipo de produto no país, considerando apenas as centrais de abastecimento. A concentração tecnológica e informacional das regiões Sul e Sudeste é notada com a densidade de centrais de abastecimento e no volume total de produtos que circulam nessas regiões. Por exemplo, a Ceagesp-SP (13 entrepostos), a Ceasa-RJ (5

entrepostos), a Ceasa-MG (6 entrepostos) e a Ceasa-PR (5 entrepostos), as hipercentrais de abastecimento, são responsáveis pelo volume de quase 53% da circulação de todas as centrais no Brasil (CONAB, 2009).

Entre as técnicas existentes no sistema de padronização das Ceasas, direcionadas pelo Prohort, destacam-se: a logística da infraestrutura física e a de perecíveis; os procedimentos para higienização de frutas, legumes e verduras (FLV); a padronização, classificação e rotulagem de FLV; os cuidados no armazenamento, manuseio e comercialização de FLV; as pesquisas sobre a taxa de perecibilidade de FLV; as pesquisas sobre a importância de FLV para a saúde; o uso correto de embalagens para FLV; a gestão ambiental através do gerenciamento de resíduos sólidos; as relações contratuais das centrais de abastecimento; a gestão de pessoas e a gestão social das centrais (ABRACEN, 2011).

Essas normas técnicas que devem ser seguidas por todos os entrepostos de abastecimento no Brasil também foram evidenciadas no Plano Nacional de Abastecimento (PNA), criado no ano de 2012, no âmbito da Abracen, e que será posteriormente votado no Congresso Nacional para aprovação e posterior execução. O PNA tem como principais eixos norteadores: integração do PNA com outras políticas públicas; gestão e sustentabilidade ambiental; modernização da gestão; evolução dos sistemas de informações das centrais; rastreabilidade dos circuitos espaciais de produção; evolução da infraestrutura física e de logística das centrais; integração com feiras livres e mercados públicos; recuperação das centrais deterioradas; boas práticas e adequação de embalagens; padronização dos atributos das frutas, legumes e verduras; inserção de novos segmentos como peixes, carnes, aves, lácteos, flores e outros; redução de perdas no circuito espacial de produção alimentar; e reestruturação da concepção sistêmica do abastecimento alimentar no Brasil (ABRACEN, 2012).

Portanto, as Ceasas têm como novo desafio a garantia da segurança alimentar e nutricional. Juntamente a esse fator, há o risco constante de novas crises no abastecimento associadas à própria instabilidade do sistema. As reestruturações das centrais de abastecimento ocorridas no século XX restringiram-se aos aspectos territoriais, no momento da criação e expansão, e aos aspectos políticos, como a tentativa de privatização e a descentralização da gestão das centrais. No século XXI, a reestruturação passa a ser predominantemente econômica, mais precisamente uma reestruturação técnica, associada à infraestrutura, à inovação tecnológica, como forma de atender as novas demandas das empresas. Ressalta-se que essas inovações ocorrem

em momentos distintos em diferentes lugares do território nacional, fazendo com que cada Ceasa tenha sua especificidade técnica, apesar das normas homogeneizantes.

3 O CASO DA CEASA-RN

A Central de Abastecimento S.A. do Rio Grande do Norte (Ceasa-RN) foi instalada em 1975, com o objetivo de abastecer de forma atacadista os supermercados e hipermercados e, conseqüentemente, as feiras livres e os mercados públicos. A Ceasa-RN é formada por apenas um entreposto, localizado em Natal, que foi criado pelo governo federal, dentro do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, no período da Ditadura Militar no Brasil, sendo mais um elemento da reestruturação do território.

Em 1988, essa central de abastecimento teve seu controle acionário transferido do governo federal para o governo estadual do Rio Grande do Norte, vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sape), passando por essa reestruturação institucional. Isso ocorreu no momento de descentralização da gestão das centrais de abastecimento no Brasil, com influência do pensamento neoliberal, no final da década de 1980.

Outro fator importante para que não ocorresse a privatização das Ceasas, e apenas a descentralização de sua gestão, foi a importância político-partidária das centrais de abastecimento, na medida em que os cargos administrativos, principalmente da diretoria, tornam-se moedas de troca eleitorais. Tal fato pode ser observado na lista dos presidentes da Ceasa-RN, que exerceram cargos políticos, secretários municipais ou estaduais, vereadores, deputados e até senadores. Outros eram filhos ou irmãos de políticos. Muitos deles também eram agropecuaristas ou associados à indústria de laticínios. Entretanto, alguns são profissionais de áreas que têm pouca ou nenhuma relação com a agropecuária, como auditor fiscal, advogado e engenheiro civil. O atual presidente, por exemplo, foi presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do RN. Tais fatos exemplificam a relação estreita entre o Estado e o mercado.

No ano de 2010, através do Prohort, programa de modernização e expansão das centrais de abastecimento no Brasil, criado em 2005, houve a criação de um entreposto em Mossoró que não entrou em funcionamento devido ao descaso do poder público estadual. Além do descaso público, Mossoró já contém uma central de abastecimento municipal. Esta central foi criada em 1977, e pertencia ao sistema Sinac, que administrava e agregava os dados informacionais das Ceasas em escala nacional. Com a

descentralização das centrais de abastecimento alimentar, a central de Mossoró foi transferida para o governo municipal, e não se integrou ao atual sistema unificador nacional, a Abracen, não entrando nas estatísticas oficiais nacionais, sendo popularmente denominado de “mercado da Cobal”, visto que na época de sua criação, a gestão dessa central, como todas as demais centrais brasileiras, ficava a cargo da Cobal. Também vale ressaltar que a reestruturação técnica das centrais, pouco atingiu a Ceasa-RN, que continua com uso de tecnologias menos modernas, no caso de algumas empresas e feirantes que a constituem.

Assim, a central de abastecimento do RN tem como principal finalidade o abastecimento hortifrutigranjeiro no estado do Rio Grande do Norte, em especial a cidade de Natal e Região Metropolitana. O entreposto da Ceasa-RN, localizado em Natal, é classificado como sendo de porte médio, comercializando anualmente, de acordo com os dados da Conab (2009), mais de 264 mil toneladas de alimentos ao ano, e 22 mil toneladas por mês, correspondendo a 1,1% da comercialização total das centrais de abastecimento brasileiras. Segundo os dados da Ceasa-RN, o crescimento anual no volume total de alimentos vendidos está em uma média de 10%. Por exemplo, em 2012, o volume comercializado totalizou 257.744 toneladas de alimentos, o que representou uma evolução de 6,6% em relação ao ano de 2011, que foi de 241.754,7 toneladas. Mensalmente, são originadas cerca 310 toneladas de resíduos alimentares, que são adquiridos pela gestão social dessa infraestrutura de abastecimento e distribuídos à população em situação de rua, através do Programa Mesa da Solidariedade, popularmente denominado de sopão.

De acordo com os dados fornecidos pela Ceasa-RN, a área total desse entreposto é de 76.783,82 m², distribuídos em nove áreas de mercados permanentes e quatro áreas de mercados livres e uma área de mercado da melancia, melão e abacaxi. As áreas permanentes são compostas por 228 boxes para os permissionários (pessoas jurídicas). As demais cinco áreas são compostas por 1049 módulos (denominados também de pedras) para os permissionários (pessoas físicas), produtores e atravessadores. O rendimento mensal da central de abastecimento do RN é de 33 milhões de reais. Ainda de acordo com os dados, tal instituição gera 1000 empregos diretos. Existe uma média de 74 mil pessoas e 72 mil veículos circulando mensalmente nesse entreposto. Além disso, essa central de abastecimento tem 62 transportadores autorizados (frentistas) e 72 carregadores autônomos (cabeceiros).

Pesquisas anteriores já demonstraram, em suas discussões, a importância da Ceasa-RN para a reestruturação do território e para o abastecimento do estado do Rio Grande do Norte, em especial para a Região Metropolitana de Natal. O trabalho de Medeiros (1983) constatou que 35% dos produtos vendidos pelos permissionários da central de abastecimento do RN eram vendidos para os feirantes da capital potiguar. Em um estudo sobre as feiras livres de Natal, realizado por Pacheco (1986), os resultados obtidos mostraram que 47% dos feirantes desse município compravam seus produtos nessa central de abastecimento. Para além da capital potiguar, a pesquisa de Dantas (2007) mostrou que 90% dos feirantes do setor de frutas, legumes e verduras da feira livre do município de Macaíba adquirem seus produtos na referida instituição.

O trabalho de Medeiros (2005) focou o reaproveitamento de resíduos sólidos gerados por essa central de abastecimento, por meio do Programa Mesa da Solidariedade, desenvolvido pela Ceasa-RN. A dissertação de Vale (2007) mapeou a distribuição da produção das principais frutas, legumes e verduras comercializados no estado do Rio Grande do Norte através das informações de comercialização fornecidas pela Ceasa-RN. A dissertação de França (2005) mostrou que a produção de batata doce do assentamento Vale do Lírio, no município de São José do Mipibu-RN, pertencente à Região Metropolitana de Natal, era vendida para atravessadores, que posteriormente revendiam o produto nessa central de abastecimento.

Em outra pesquisa semelhante, Lopes (2008) mostrou que, no assentamento Vale do Lírio, 1% das famílias entrevistadas vendia sua produção diretamente nesse entreposto de abastecimento, o que era uma exceção, visto que 37% das famílias vendiam sua produção para atravessadores, que posteriormente vendiam na Ceasa-RN. Marinho (2009) mostrou que a maior parte das frutas consumidas no município de Canguaretama é comprada nesse entreposto, porém, essas frutas eram produzidas por pequenos produtores que residiam no próprio município. Os trabalhos de Queiroz (2011), de Queiroz e Azevedo (2012), de Azevedo e Queiroz (2013) e de Maranhão e Queiroz (2016) mostraram também a importância que a Ceasa-RN tem para o fornecimento de produtos hortifrutigranjeiros para as feiras livres da cidade de Natal-RN e da Região Metropolitana.

Por fim, os trabalhos de Queiroz (2014; 2015; 2016) demonstram que a Ceasa-RN concentra e agrega fluxos, através das interações espaciais, de diversificados circuitos espaciais de produção agrícola, desde a escala nacional, passando pela regional até a local. As interações locais são predominantes, visto que a maior parte dos fluxos se

originam do e no próprio estado do Rio Grande do Norte (51%), apesar de ocorrer uma variação sazonal e anual da produção de hortifrutigranjeiros. Os principais municípios do RN fornecedores são Açu (36%), Baraúna (18%) e Touros (17%), que juntos detêm 71% da produção desse estado que é fornecida para a Ceasa-RN. Esses fluxos estaduais se dão, principalmente, através de duas rodovias: a BR-304, que liga Mossoró (e a produção de Baraúna e Açu) a Natal; e a BR-101, que conecta Touros a capital potiguar.

Em termos regionais, destacam-se os fluxos de hortifrutis originados dos estados de Pernambuco (14%), Paraíba (12%), Bahia (7%) e Ceará (3%), que totalizam 36% da produção fornecida a Ceasa-RN. Por fim, na escala nacional, observam-se com maior frequência os fluxos oriundos de São Paulo (1%), Minas Gerais (3%), e da região Sul, sendo que os estados do Rio Grande do Sul (4%) e Santa Catarina (4%) destacam-se pela produção de maçã e pera, e que juntos são responsáveis por 12% dos produtos que abastecem a central de abastecimento do RN.

Os fluxos de hortifrutigranjeiros que se originam da Ceasa-RN são destinados para vários municípios do Rio Grande do Norte, concentrando-se na Região Metropolitana de Natal e diminuindo a intensidade da participação desse entreposto no abastecimento dos demais municípios do estado. Considerando a Região Metropolitana, em termos quantitativos, o entreposto da Ceasa-RN, fornece mercadorias, em primeiro lugar, para supermercados e hipermercados (40%), em segundo lugar para feiras livres (20%) e mercados públicos (20%), e por último, para mercadinhos, quitandas e mercearias (20%).

Especificamente no município de Natal, a troca de hortifrutigranjeiros realizada pelos mercados públicos, mercadinhos, quitandas e mercearias é inexpressiva em relação ao volume total que circula na central de abastecimento do RN. Portanto, o abastecimento realizado pela Ceasa-RN, na cidade de Natal, ocorre principalmente nas feiras livres, onde mais de 80% dos feirantes desses elementos se abastecem na central de abastecimento do RN. Em seguida, os supermercados varejistas, para os quais a Ceasa-RN também tem uma participação maior que 80% no abastecimento. Posteriormente, o entreposto de abastecimento do RN é responsável por mais de 60% do abastecimento de frutas, legumes e verduras dos supermercados atacadistas. E, por fim, é responsável por cerca de 40% do abastecimento dos hipermercados.

Nesse sentido, desde a década de 1970, a Ceasa-RN vem provocando o alargamento dos contextos, o alargamento das escalas da cidade de Natal, a reestruturação do abastecimento hortifrutigranjeiro do Rio Grande do Norte e a reestruturação do território. Tal instituição não provoca essa ampliação das escalas das

interações espaciais isoladamente. Isso ocorre devido a todo um conjunto de modernizações que passam a existir na cidade. O entreposto de abastecimento do RN torna-se apenas mais um elemento dessa modernização, da ampliação das escalas do atual período histórico-geográfico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo, de mostrar a função das centrais de abastecimento alimentar na reestruturação do território, foi atingido. Tal feito foi possível na medida em que se demonstrou a reestruturação do território provocada pela criação e expansão das centrais de abastecimento alimentar, pelo governo federal, na década de 1970 e no início da década de 1980. Também foi mostrado que a reestruturação política do Estado brasileiro provocou uma reestruturação institucional das ceasas que tiveram seus controles acionários transferidos do governo federal para os governos estaduais e municipais. Enfim, evidenciou-se a reestruturação técnica das centrais de abastecimento alimentar a partir do Prohort, que também provocou uma reestruturação do território com a expansão do número de entrepostos das ceasas em todo Brasil. Essa nova dinâmica territorial provocada pelos entrepostos de abastecimento no início do século XXI está baseada na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, que deve ser atingida através da modernização tecnológica dessas centrais.

O objetivo do trabalho foi alcançado também devido ao nosso estudo de caso da Central de Abastecimento S.A. do Rio Grande do Norte, a Ceasa-RN. Esta foi criada em 1975, dentro do I PND, quando foi projetada a criação de várias centrais de abastecimento alimentar no Brasil. Em 1988, a Ceasa-RN, diante da reestruturação institucional do Estado nacional, teve seu controle acionário transferido do governo federal para o governo estadual. Por fim, com o Prohort, que prevê a modernização tecnológica e a expansão dos entrepostos de abastecimento no Brasil, foi construído um novo entreposto da Ceasa-RN no município de Mossoró-RN. Porém tal entreposto, construído desde 2010, não entrou em funcionamento, devido à existência de uma central de abastecimento municipal, à falta de necessidade e de demanda por uma nova central, como também ao descaso do governo estadual.

Assim, o único entreposto da Ceasa-RN está localizado no município de Natal-RN, sendo considerado pela Conab um entreposto de porte médio. A Ceasa-RN provocou uma reestruturação do território, dinamizando o abastecimento de hortifrutigranjeiros,

fazendo com que o município de Natal tenha uma interação com estados do Sul e Sudeste do Brasil, e, principalmente, com os estados da Paraíba, Pernambuco, Bahia e Ceará, localizados no Nordeste do Brasil. No Rio Grande do Norte, destacam-se os municípios de Açu, Baraúna e Touros que mantêm essa relação intrínseca com o município de Natal, através da Ceasa-RN. A Ceasa-RN também gerou uma dinâmica urbana e regional na Região Metropolitana de Natal (RMN), na medida em que é abastecida por e abastece os municípios dessa região e municípios vizinhos. Em relação às interações espaciais que se originam da central de abastecimento do RN, destacam-se os fluxos destinados aos mercados públicos, às feiras livres, aos supermercados, aos hipermercados e aos atacadistas, não só do município de Natal, mas de todos os demais da RMN.

No entanto, algumas lacunas ou perguntas também não foram respondidas, a saber: como se dá o abastecimento de hortifrutigranjeiros nas demais cidades do Rio Grande do Norte, como Mossoró (com hipermercados, supermercados, atacadistas, feira livre, mercado público e central de abastecimento municipal), Caicó (com supermercados, atacadistas, mercado público e feira livre), Pau dos Ferros (com supermercados, mercado público e feira livre), ou uma cidade local? Quais os desdobramentos da circulação de hortifrutigranjeiros no Rio Grande do Norte para o planejamento urbano-regional?

O trabalho mostrou a circulação de hortifrutigranjeiros na cidade de Natal e Região Metropolitana, destacando o papel da Ceasa-RN nesse processo. Porém, levanta-se uma hipótese, já verificada previamente, que essa central de abastecimento não atinge seu objetivo de abastecer todos os municípios do Rio Grande do Norte com produtos hortifrutigranjeiros, tendo um papel mais atuante nos municípios próximos a Natal e de forma mais concentrada na Região Metropolitana. Nesse sentido, há uma necessidade de se verificar, através de uma pesquisa empírica, qual o papel da Ceasa-RN em outras cidades do Rio Grande do Norte, como por exemplo, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros, considerando a existência de supermercados varejistas, supermercados atacadistas, hipermercados, feiras livres e mercados públicos no abastecimento de hortifrutigranjeiros desses outros municípios.

Saber essa condição da circulação de hortifrutigranjeiros nas diferentes cidades potiguares, é condição *si ne qua non* para se pensar uma política de circulação de frutas, legumes e verduras dentro do planejamento urbano e regional. Um plano urbano e regional de circulação de hortifrutigranjeiros, em especial no Rio Grande do Norte, deve considerar essas diferentes dinâmicas da circulação, levando em conta as áreas

produtivas, além do papel dos supermercados, hipermercados, atacadistas, feiras livres, mercados públicos e Ceasa-RN, nos diferentes contextos da rede urbana potiguar. Tal empreitada se constitui em um futuro desafio, pensado a partir dos resultados desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. **Manual operacional das Ceasas do Brasil**. Belo Horizonte: AD2, 2011.

ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. **PNA – Plano Nacional de Abastecimento**. Sem cidade, sem editora, 2012.

AZEVEDO, F. F. de; QUEIROZ, T. A. N. de. As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal-RN-Brasil. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XVIII, n. 1009, 15 de enero de 2013.

CAMPOS, J. B. Tecnologia da comunicação e informação nas ceasas brasileiras. ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. **Manual operacional das Ceasas do Brasil**. Belo Horizonte: AD2, 2011.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Diagnóstico dos mercados atacadistas de hortigranjeiros**. Brasília: Prohort, 2009.

CUNHA, A. R. A. de A. Antigos e novos papéis das centrais de abastecimento brasileiras. ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. **Manual operacional das Ceasas do Brasil**. Belo Horizonte: AD2, 2011.

DANTAS, G. P. **Feira de Macaíba/RN: um estudo das modificações da dinâmica socioespacial (1960/2006)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2007.

FRANÇA, R. S. de. **Agricultura familiar integrada ao mercado: mediação política e transformações socioespaciais no assentamento rural Vale do Lírio-RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2004. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C.T. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília: Binagri, 1979.

LOPES, R. M. R. **A relação urbano-rural no contexto da metrópole: um enfoque nos assentamentos rurais da RMN**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2008.

MARANHÃO, R. de S.; QUEIROZ, T. A.N. de. Os circuitos da economia urbana na feira livre do Mercado Central de Ceará-Mirim – RN. IN: **Geoconexões**, v.2, n.1, p.31-46, 2016.

MARINHO, F. D. P. **A reprodução do espaço da pequena produção rural familiar em Cangaretama-RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2009.

MEDEIROS, M. A. G. G. de. **Avaliação do sistema de comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros para o abastecimento da cidade de Natal, através da Ceasa-RN**. Monografia (Graduação em Geografia) – UFRN, Natal, 1983.

MEDEIROS, P. V. D. de. **Reaproveitamento e caracterização dos resíduos orgânicos provenientes do programa mesa da solidariedade da Ceasa-RN**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) – UFRN, Natal, 2005.

MOREIRA, R. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. IN: **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, 2002.

MOURÃO, I. R. de A.; MAGALHÃES, J. S. B. Breve história do mercado atacadista de hortifrutigranjeiros no Brasil. ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. **Manual operacional das Ceasas do Brasil**. Belo Horizonte: AD2, 2011.

PACHECO, C. B. (Org.). **Contribuição ao estudo das feiras de Natal**. Natal: Editora da UFRN, 1986.

PECHTOLL, J. L. A segurança alimentar no contexto das Ceasas. ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. **Manual operacional das Ceasas do Brasil**. Belo Horizonte: AD2, 2011.

QUEIROZ, T. A. N. de. **As feiras livres de Natal-RN: um estudo a partir da teoria dos circuitos da economia urbana**. Monografia (Graduação em Geografia) – UFRN, Natal, 2011.

QUEIROZ, T. A. N. de. **A Ceasa-RN e os circuitos da economia urbana: a circulação de hortifrutigranjeiros em Natal-RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2014.

QUEIROZ, T. A. N. de. As centrais de abastecimento alimentar: agentes mistos dos circuitos da economia urbana. **Sociedade e Território**, v.27, n.1, p.157-177, 2015.

QUEIROZ, T. A. N. de. A Ceasa-RN na Região Metropolitana de Natal: interações espaciais e circuitos da economia urbana. In: AZEVEDO, Francisco Fransualdo; SPOSITO, E. S. **Território e reestruturação produtiva: elementos para uma discussão**. Natal: Caule de Papiro, 2016.

QUEIROZ, T. A. N. de; AZEVEDO, F. F. de. Circuitos da economia urbana: arranjos espaciais e dinâmica das feiras livres em Natal-RN. **Sociedade e território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 115-133, jan./jun. 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA JÚNIOR, N. A. **Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort**. ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. Manual operacional das Ceasas do Brasil. Belo Horizonte: AD2, 2011.

VALE, S. A. de L. **Análise e diagnóstico da produção e distribuição de hortifrutigranjeiros no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – UFRN, Natal, 2007.

ZEITUNE, C. R. **Conceitos das Ceasas**. ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. Manual operacional das Ceasas do Brasil. Belo Horizonte: AD2, 2011.
